



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 10 – Ano V – 10/2016
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

CIDADE E CIDADÃOS: MEIO AMBIENTE E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Prof. Dr. Gabriel Pérez Pérez
Doutor em Filosofia Política por el Departamento de Filosofía del Derecho, Moral y Política de la Universidad Complutense, Madrid.
Docente do Departamento de Ciencias Sociales, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Cuajimalpa
Ciudad de México – UAM-C – México.
E-mail: gpperez@correo.cua.uam.mx

Prof. Dr. Luis Alberto Luna Gómez
Doutor em Geografia Universidade Estadual Paulista, Rio Claro - UNESP/RC –SP, Brasil
Docente do Departamento de Ciencias Sociales, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Cuajimalpa
Ciudad de México – UAM-C – México.
<http://lattes.cnpq.br/0066231039240143>
E-mail: luna@correo.cua.uam.mx

Resumo: O artigo destaca a relação dentre cidadania, ambiente e democracia com respeito às mudanças desenvolvidas em cidades e espaço público frente dos processos da globalização. A primeira seção tem no objetivo central o tema da cidade, e diversas manifestações e expressões da cidadania e da democracia, responder às transformações do espaço público e a fragmentação da cidade são dadas. Na segunda parte a questão é o surgimento das novas ou diferentes fôrmas dos direitos civis. O resultado é as transformações globais, a migração transnacional, meio ambiente e os movimentos sociais. A pesquisa foi feita na base dos análises dos casos e os bacos de dados.

Palavras-chave: cidadania, migração, cidade, espaço público, Estado e meio ambiente.

Introdução

Produto das mudanças nas últimas duas décadas, um renovado interesse na questão da cidadania e da democracia. Na década dos 90 do século XX, várias regiões do mundo têm grandes mudanças políticas, os cidadãos dos países da Europa Oriental e da África do Sul começaram a exercer seus direitos. As transições de regimes militares na América Latina induzirão à prática da democracia e cidadania. Em na Ásia tem um interesse renovado no tema da democracia liberal, levantado debates sobre a relevância da noção de cidadania. Além disso, em um mundo de maior interação econômica, social, ambiental, cultural e migração, os direitos humanos parecem mais desejáveis do que nunca.

Contra o renovado interesse no estudo da cidadania, achamos que este deve ser estudado além da tradição do pensamento em que os significados da democracia e cidadania foram ligados exclusivamente à escala do Estado-nação. Hoje é altamente questionável manter uma visão universal da democracia e da cidadania. Democracia e cidadania não são uniformes em todos os lugares, mantém uma assimetria no espaço que deve ser estudado, para não cair em falsas generalizações.

A primeira parte deste artigo tem como objetivo central o tema da cidade e suas diversas manifestações e expressões da cidadania e da democracia, transformações do espaço público. Na segunda parte a questão do surgimento das formações cívicas novas ou diferentes, produto de transformações globais, ambientais, migração transnacional ou movimentos sociais.

Cidadania, cidade e espaço público

Uma unidade contínua na história como uma rede, cidade, democracia e a cidadania são ligadas uns aos outros. Mas, os movimentos sociais e reivindicações de direitos civis que ocorrem nas cidades são cada vez mais incongruentes com práticas contemporâneas. Sob essa constituição, começam a ocorrer diferentes imagens na cidade, democracia e cidadania (ISIN, 2002).

Uma cidade possibilita muitos pontos de contato social. Sennett (1997) observa que, desde o século XIX, o geógrafo baseado em seus antecessores esclarecidos, concebeu a cidade como artérias e veias do movimento, dando origem

a novas formas de apropriação do espaço, os indivíduos foram estimulados pelo movimento.

Jones (2004) e Holston (2002) observaram que as cidades estão-se tornando o espaço da cidadania por formas emergentes de ação e participação, atualmente desenvolvidas. Cidades não se tornem espaços públicos no sentido topográfico ou institucional, mas no fato de que elas se tornam «sítios» do poder, ação conjunta coordenada através da fala e da persuasão. Redefinições da cidadania alcançadas através da luta pela inclusão têm fortalecido e até mesmo se tornar ideais normativos incorporados em noções do espaço público.

As cidades, especialmente as regiões metropolitanas, são locais cruciais do impacto da democracia global e do desenvolvimento estratégico das novas cidadanias (HELD, 1997; 2002; 2003; 2005). As migrações são experimentadas por massas de pessoas. Essas pessoas são mobilizadas em torno de reivindicações de direitos relacionados com as desigualdades, tais consequências desenvolvem novas fontes e novas agendas de direitos da cidadania. Assim, a experiência de vida torna-se o contexto e substância de formas emergentes de cidadania (HOLSTOM, 2002).

A geração de nova cidadania urbana é uma das principais consequências da globalização (HELD, 2002; 2003; 2005). Pode-se falar de cidadania urbana, quando a cidade é a comunidade política mais importante, quando a residência na cidade é os critérios de adesão e base para a mobilização política e quando a reivindicação de direitos relacionados com a experiência urbana e ação cívica são constituintes da cidadania. Isin (1996; 1999; 2002) aponta que a cidade é um tipo específico de território onde tenham desenvolvido e inventado novas práticas da cidadania, movimentos específicos, fluidos e focalizados em questões específicas, tais como cidadãos indigentes que estão reunindo-se para criar novas formas de habitação.

A cidadania está enfrentando um processo de fragmentação espacial, registrado nas cidades. Em Buenos Aires, Caracas e Santiago, temos iniciativas de descentralização; impor restrições aos vendedores de rua; e, subsidiar investimentos em outras áreas mais pobres da cidade. As empresas do setor imobiliário têm promovido palestras ambientais para fazer novo zoneamento, mais também áreas para beneficiar grupos sociais mais abastados financeiramente. Muitos dos maiores empreendimentos incluem centros comerciais, escolas e hospitais dentro de suas

paredes, e novos equipamentos, tais como museus de arte e universidades privadas em locais adjacentes.

Os processos de fragmentação da cidade, espaço público, representam um risco elevado para o desenvolvimento dos direitos dos cidadãos e, portanto, a consumação da democracia em tempos modernos tem diferentes graus de incerteza.

Em Puebla, México, novos centros comerciais localizados dentro da cidade, só são acessíveis em carro. Eles são concebidos como espaços fechados com uma arquitetura defensiva, com dezenas de entradas, climatizados, e muito poucos telefones públicos ou bancos onde é muito raro ver neles os povos indígenas. Seus "espaços públicos" incluem atrações como pistas de gelo e espaços de exposição para carros importados. Shoppings oferecem uma porta de entrada natural para a juventude, para que eles sejam consumidores e telespectadores. Contrasta o fato em no Angelópolis Mall onde não pode ser encontrada uma livraria. Em Puebla, o 'centro histórico' enfatiza um espaço elite, "*europizado*", com ordem, limpeza e uso moral. Algumas das classes altas solicitam a remoção dos ruidosos, indígenas, comerciantes, pessoas pobres, jovens que se encontram em no espaço público (JONES, 2004).

Os novos espaços públicos nos centros da Puebla, Quito, Cartagena, Cidade do México e Rio de Janeiro são museus de arte e centros de convenções, cafés em estilo europeu, ou recriações de paisagens do passado. Exemplos semelhantes podem ser no centro de Bogotá e Buenos Aires, onde a natureza pública de uma política enfatiza o imaginário cada vez mais privado. Com a possível exceção do Brasil, a democratização da América Latina não tem sido acompanhada de um debate sobre o tipo de visão do espaço urbano que suporta noções mais inclusivas de cidadania.

Em nos espaços públicos as identidades estão expostas, comunicadas, interpretadas, compreendidas e transformadas. As representações espaciais tornam-se locais estratégicos para as lutas da democracia e da cidadania. O público não tem sentido definido e não pode ser pensado como uma concessão do estado, mas é ativo e constantemente construído através da identificação com uma variedade de grupos e sistemas de valores que não são baseados em identidades limitadas ou predeterminadas (WALZER, 1997; 1999).

No que tem que ver com as representações espaciais como locais estratégicas para a disputa da cidadania, Jones (2004), destaca o exemplo da rede de movimentos sociais formados para desafiar a privatização do espaço público tanto no sentido físico e discursivo. O caso do anúncio do Governo Federal mexicano em 1993 para mega-projecto urbano na cidade de Puebla, foi plantado como um impulsionador económico para a cidade. O projeto irá afetar diretamente quatro bairros do centro da cidade, na orientação, arquitetura, base socioeconómica e possivelmente composição étnica. O projeto apresentado para os bairros como incompatíveis com a reconstrução de Puebla como uma cidade moderna, e parecia ainda mais fora do lugar após a redefinição do espaço público no centro.

O projeto levou a uma série de movimentos que eventualmente deu origem à União de Cidadãos Livres (UCL), um movimento que abrigava vários grupos que se opõem à privatização completa da “*Angelópolis*”, que inclui agricultores, moradores de assentamentos de baixa renda, organizações do país, entre outros. UCL não conseguiram parar a execução do projeto.

Note-se que os movimentos desafiam os discursos de uma identidade cultural imaginada que contou com bairros como 'tradicional', 'local' e 'popular' no sentido de ser “*anti-moderno*”. UCL arremessada suas identidades através de vários bairros. Por exemplo, eles desafiaram a ideia oficial de identidades do bairro como fixo no espaço e sujeitos da divulgação de preservar alguns aspectos compatíveis com o projeto e descartar outros. UCL alegou que os bairros eram espaços sociais e culturais onde as identidades foram relacionadas com as práticas populares particulares, como as festas dos santos.

Desde os anos 60 do século XX, o desenvolvimento das cidades, a expansão dos movimentos sociais, o direito de habitar a cidade e definir o uso dos espaços públicos tornaram-se aspetos mais significativos quanto às populações marginais foram expulsas para a periferia. Na década dos anos 80 do século XX, a luta pelo ambiente construído intensificou sob o neoliberalismo e os efeitos da reestruturação económica, enquanto espaços fortificados pela polícia para proteger os privilegiados. Aqueles a quem o estatuto jurídico pode ser negado, no entanto, envolver-se em ativismo político e influenciar as políticas locais, como no caso dos trabalhadores latinos sem documentos em Los Angeles. Usando uma série de estratégias em diferentes espaços para protestar (passeatas, comícios, teatros, igrejas, ocupação,

greves de fome). A inclusão, no entanto, pode ser mais eficaz através de medidas adotadas ao nível do bairro e comunidade (KOFMAN, 2003).

Espaço e novos direitos cidadãos

A ênfase na formação da cidadania nos permite pensar nisso em constante mudança e não um produto final. No entanto, suas definições primárias, geralmente, derivadas de o Estado. Há uma enorme diversidade nas maneiras que diferentes estados definem o conceito de cidadania. Esta variedade também é expressa em mudanças nas definições do Estado ao longo do tempo. A ideia de formação enfatiza a qualidade e dinâmica da cidadania, que pode expandir ou contrair em momentos diferentes, dependendo do contexto em que o Estado fica integrado na economia global. Isso indica que a formação da cidadania é incerta ou tem uma margem de incerteza na construção dependendo das variáveis políticas e econômicas que estão presentes. Uma das forças centrais que afetam a formação da cidadania é a economia. A posição do Estado em relação ao capital é absolutamente crucial para entender como e por que a cidadania é definida ou redefinida a maneira que é. Isto é verdade para o governo local, desenvolvimento urbano e prática da cidadania na escala da cidade ou bairro.

A reestruturação política e econômica parece consistente para ter novas escalas de ação política. Permite uma definição de direitos e responsabilidades para a cidadania nacional. Estudos de geografia humana viram em torno a questão da cidadania, procurando incorporar outras formas da divisão social, além da classe, como a "raça" ou gênero, ou outros fenômenos globais como a migração. Os tempos do "pós-fordismo" projetam novas escalas de organização espacial do Estado-nação, compreender a desigualdade de acesso aos direitos.

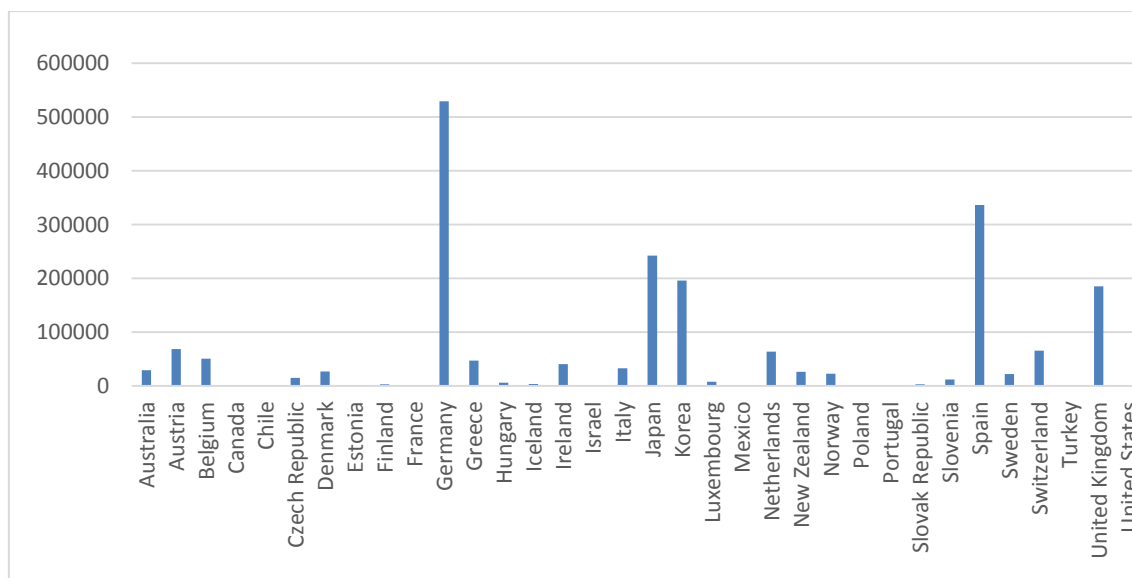
Marston e Mitchell (2004: 95-100) diz que o conceito contemporâneo mais importante é a cidadania. As críticas vieram de teoria feminista, que apontou os problemas práticos e políticos inerentes à formulação liberal de um cidadão universal e de gênero neutro. Nas democracias ocidentais, o conceito de cidadão, tem sido associado com as relações de propriedade no mercado, e em seu lado mais liberal, tem sido um estatuto político e legal que foi negado o acesso a uma gama de indivíduos, com base no seu grupo étnico de origem ou condição socioeconômica. Há uma enorme lacuna entre o ideal liberal e a exclusão real a partir na cidadania

prática. Ele excluiu as mulheres e outros grupos de participar na sociedade civil. Assim, as ideias sobre os papéis naturais dos homens e mulheres têm sido e continuam a ser central para as justificativas ideológicas da comunidade nacional dos cidadãos e sua relação com o Estado. Observando as principais falhas da construção do direito liberal da cidadania, as feministas têm mostrado como as interpretações culturais dos papéis naturais dos homens e mulheres têm afetado diretamente essas falhas.

Desde a década dos anos 60 do século XX, uma série de grupos tornou-se mais visíveis e afirmaram seus direitos dentro de um quadro que reconhece a igualdade através da diferença. Em alguns casos a comunidade gay teve que lutar contra a criminalização antes de exigir a igualdade de tratamento em áreas da vida econômica e social e sua exclusão das instituições do Estado. Quando o governo trabalhista chegou ao poder, em 1997, no Reino Unido, a comunidade gay ganhou maior reconhecimento. O direito de gays e lésbicas poderia permanecer nas forças armadas, mais venceu em outubro de 2000. Eles formaram novos espaços de cidadania, em locais menos regulados pelo próprio Estado, e operando com a ajuda de voluntários. Os direitos civis também foram estendidos pelo uso de direitos humanos internacionais.

Além disso, os fluxos econômicos entre fronteiras, fluxos de pessoas através das fronteiras nacionais tem colocado uma grande pressão sobre ambas as concepções políticas e da cidadania. Nas últimas quatro décadas, a migração teve uma intensidade e amplitude não vista, levando à formação de sociedades multi-étnicas de todo o mundo, e uma crescente demanda por reconhecimento e força de direitos e obrigações dos cidadãos. Nos últimos anos, desenvolveu-se um fenômeno importante chamada "migração transnacional" é novo modelo, um padrão de migração em que os imigrantes vivem em uma forma binacional, a instalação de residências e locais de trabalho em mais de um Estado-nação, o que envolve repensar os direitos sociais tradicionais contra as mudanças que estão ocorrendo em todo o mundo, que foram afetados pelas políticas neoliberais (PÉREZ, 2006).

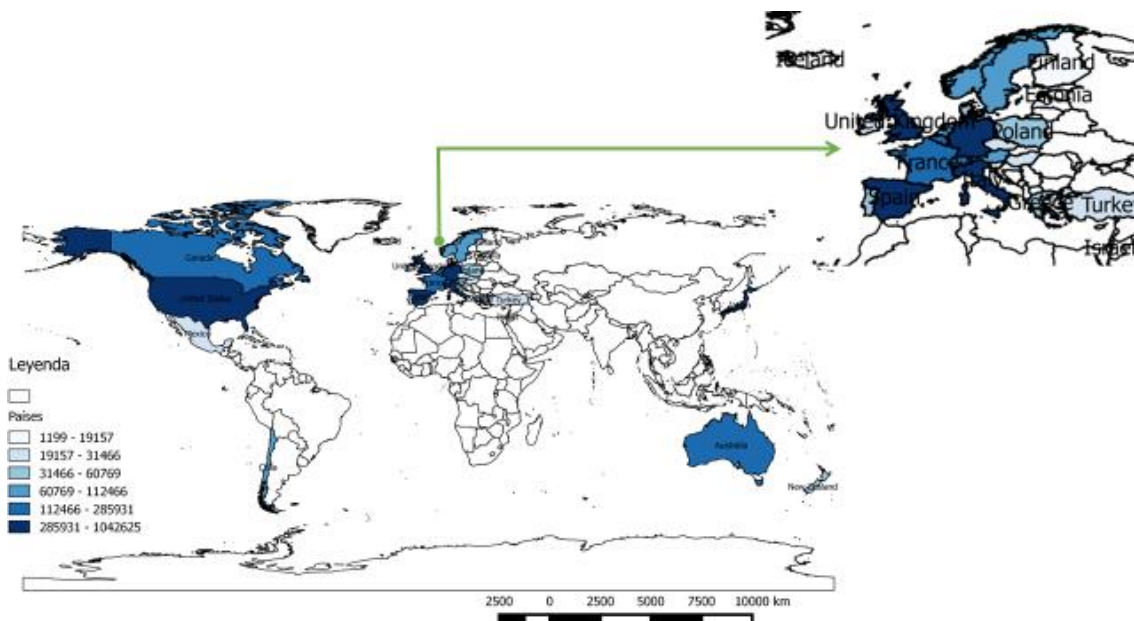
Grafico 1. Emigração em países da OCDE, 2010



Organização: Própria. Com base em OCDE (2010).

Migração transnacional tem enormes implicações para o conceito e a prática da cidadania, uma nova maneira de pensar sobre a identidade nacional e de pertença entre os próprios líderes migrantes. Por exemplo, para alguns estados pobres, como o México, República Dominicana e Índia, as remessas econômicas que os migrantes enviam de volta para "casa" tornaram-se uma parte indispensável da economia dos países beneficiários. Ao invés de arriscar a perder a lealdade desses migrantes, muitos dos quais foram estabelecidos emprego e residência em cidades de grandes países, os estados mais pobres oferecem benefícios, tais como "dupla cidadania", que também conferem um sentimento de identidade nacional e um compromisso constante também pode fornecer benefícios materiais importantes, como o direito de herdar a propriedade (olhar gráfico 1 e figura 1).

Figura 1. Países da OCDE receptores dos migrantes, 2010.



Organização: Própria. Com base em OCDE (2010).

O que preocupa a pesquisadores como Martin (2000) é a dupla cidadania é o produto de razões instrumentais ou egoístas, e não como uma expressão do compromisso real. Tanto esta dupla cidadania, podem estar faltando na coesão, unidade, pertencente, a identificação com a nação, lealdade, sacrifício, solidariedade, etc. Isto pode significar sérios problemas, como a degradação para o resto da população do significado da cidadania.

A dupla cidadania é apenas um exemplo das muitas reformas que estão como resultado de novas tensões características da reestruturação global (HELD, 2002; 2003; 2005). O Estado, em certo sentido, é “desterritorializado”, de modo que a sua fundação em uma comunidade nacional não corresponde diretamente a seus limites territoriais e têm que “reterritorializar” atividades econômicas, políticas e governamentais a nível regional e internacional (KEATING, 1997). Dupla cidadania confere identidade dentro de uma comunidade nacional, sem a necessidade de viver ou trabalhar nela, e o acordo legal, a identidade nacional pode ser compartilhada com outra nação.

Com relação ao acima exposto, um exemplo de formações cívicas, Marston e Mitchell (2004), no caso do movimento de dezenas de milhares de pessoas na década de 80 e 90 do século XX, que mudou Hong Kong para Canadá,

principalmente devido à transferência pendente do controle da Grã-Bretanha para a China em 1997. No Canadá, além do processo de imigração com base em um sistema de pontos. O programa de imigração de negócios, criado em 1978, mas bastante expandido em 1984 e 1986, foi explicitamente concebido para atrair aqueles que poderiam contribuir para o desenvolvimento econômico do Canadá. Em 1991, foi necessário que os investidores neste programa têm um patrimônio pessoal de pelo menos US \$500.000 dólares canadenses e prometeu investir US \$350.000 em um projeto de investimento canadense. Os empregadores devem ter um registro de negócios e abrir um negócio no Canadá empregando pelo menos um canadense, após três anos de residência no Canadá, os imigrantes poderão solicitar a cidadania canadense.

A proteção dos cidadãos em termos de seus direitos e obrigações, tornou-se cada vez mais díspar, seletiva e fragmentada. Em certo sentido, parece ser um retorno a uma espécie de cidadania para aqueles que possuem propriedade na forma das antigas cidades-estados, onde a cidadania foi limitada às classes privilegiadas (RIESENBERG, 1992). Na história moderna da formação da cidadania no Ocidente, foi estabelecida, a existência da comunidade dos cidadãos estava dentro das fronteiras nacionais. Como foram estabelecidos historicamente direitos de cidadania, o senso de comunidade nacional, restrita a um território para o Estado-nação (SCHNAPPER, 2001: 93-94). No entanto, com a chegada de novos atores transnacionais, tais como imigrantes chineses de Hong Kong, espaço livre entre o Estado-nação e cidadania apresenta uma série de contradições e incertezas, os direitos e deveres da cidadania no Canadá não estão tão estreitamente ligadas a ideia de uma comunidade limitada por fronteiras estatais (olhar figura 1).

O surgimento de comunidades sociais e políticas transnacionais constituídas pela migração “*transfronteiriça*”, começam a funcionar como base em das novas formas da identidade do cidadão, a tal ponto que os membros da comunidade são capazes de manter a identificação e solidariedade uns com os outros em todas as divisões territoriais do Estado. As identidades dos cidadãos surgem a partir das redes, atividades econômicas, abrangendo a sociedade política e cultural, tanto de origem e de acolhimento (SASSEN, 2002). A migração transnacional contemporânea tem um grande desafio para as concepções modernas da cidadania, que gera

relações complexas e multifacetadas entre indivíduos, territórios, Estados-nação, mercados de trabalho e comunidades.

Ambiente e cidadania

As características que distinguem a cidadania cosmopolita estão exclusivamente dentro do Estado-nação, com características éticas ou morais e mecanismos de participação através das redes globais (FINE, 2007). Ato contra os diferentes problemas que podem afetar diferentes grupos e indivíduos, territórios e espécies. A participação pode ser através das instituições políticas supranacionais ou pode ser através das organizações da sociedade civil. É por esta razão que os movimentos sociais lutam pelo meio ambiente. Uma espécie de cidadão cosmopolita preocupado pela ecologia, contribui para o desenvolvimento da democracia (WALDRON, 2003). O “*ambientalismo*” emergiu nas últimas décadas como uma “ética do cuidado” específica à natureza. Seguindo os primeiros esforços da preservação e conservação dos habitats naturais, “*ambientalismo*” envolveu movimentos sociais, direitos dos animais e manutenção da biodiversidade, apelando as fontes da energia renovável, o uso responsável dos recursos naturais, com destaque das questões relativas as obrigações e responsabilidades entre à natureza humana. Estes movimentos tiveram um impacto sobre o estabelecimento de regras e regulamentos dentro dos estados específicos para proteger ao ambiente, juntamente com uma série de acordos internacionais. Da mesma forma, o “*ambientalismo*” tem trazido uma nova alerta ou consciência da dependência entre as atividades humanas e o meio ambiente, causando uma mudança nos padrões de comportamento de milhões de pessoas em no mundo. Desde os investimentos e do consumo, questões ambientais, reciclagem, reutilização de materiais e redução dos usos de artefatos e os poluentes, pudemos identificar uma forma de cidadania ecológica (ISIN e WOOD, 1999: 113-118).

No que diz respeito às discussões conceituais sobre a cidadania, tem dado pouca atenção à ideia da cidadania ambiental ou ecológica. Cidadania ecológica faz uma contribuição importante, com foco em direitos e obrigações. Mark Smith (1998), levanta a ideia do que ele chama a cidadania ecológica quando se refere a uma nova política da obrigação ao abrigo do qual os seres humanos têm obrigações para

com os “animais, árvores, montanhas, oceanos e outros membros da comunidade biológica”.

O conceito da cidadania ecológica, reafirma a importância das responsabilidades. Que ligam os direitos e obrigações dos benefícios sociais da cidadania. Baseada no que constitui um ponto de vista contratual de direitos e obrigações. Cidadania é considerada um contrato entre o cidadão e o Estado, no qual os cidadãos reivindicar o estado, mas ao mesmo tempo o cidadão aceita contribuir para os objetivos do Estado. Este ponto de vista contratual da cidadania é muito comum, mas raramente se expressa de forma explícita. No entanto, a fonte das obrigações do cidadão ecológico não é reciprocidade ou benefício mútuo, mais em um sentido não recíproco da justiça, ou compaixão. As obrigações que o cidadão ecológico tem para com as gerações futuras e outras espécies não pode ser baseado na reciprocidade (DOBSON, 2000).

A cidadania ecológica envolve "alterações significativas nos pressupostos humanos, comportamento e estruturas institucionais" e, dada na base de não reciprocidade, direitos territoriais e orientações ecológicas. Descobrimos que uma das mudanças mais importantes é o ressurgimento da ideia de uma política da virtude. Esse avivamento está ligado à "*remoralización*" contemporânea da política, que é uma característica da política ambiental. Cidadania ecológica normalmente trata de cuidar dos outros, portanto, longe de ser um obstáculo ao exercício da liberdade, precisa da atenção e o debate público constitutivo. Isso pode muito bem ser considerado como uma virtude chave (DOBSON, 2000; 2006).

Uma das características da cidadania ecológica é a ligação do local e o global. Isto significa que as atividades da cidadania ecológica podem ocorrer em qualquer lugar. Ao mesmo tempo, a ideia de um "cidadão do mundo ou cosmopolita" parecia ir contra a realidade política, uma realidade que foi fundada no Estado-nação, e na qual os sentidos de dever e obrigação raramente se estendem além dela (FINE, 2007). No entanto, os movimentos ambientais das últimas décadas levaram a uma situação em que a ideia de uma sociedade civil global não é mais absurdo. Da mesma forma, ele formou uma esfera pública global, como uma realidade política, graças às novas relações da comunicação global. Respeito as ações dos ativistas das ONGs pode ser concebida a produção de uma nova orientação para a identidade política, do espaço e da comunidade, que,

cumulativamente, pode ser descrito como a sociedade civil global. Höffe (2007: 269) observa que "o cidadão cosmopolita está interessado, portanto, em ter uma ampla visão da natureza como a fundação intercultural desta visão".

Estas reflexões sobre a cidadania global levantam mais perguntas do que resolvem. "Cidadania ecológica" politizar o conceito de ecologia de uma forma que é mais do que uma preocupação ética para o ambiente. "Cidadania" refere-se não só para os direitos legais e políticos, mas também a várias práticas em que os humanos agem como agentes políticos e morais. Até agora, a "cidadania ecológica" não é plenamente reconhecida ou entendida como um conceito político, não tem valor limitado para reconstruir um conceito adequado da cidadania em nossa era. Cidadania ecológica deve significar que a razão ecológica não é inerentemente política. No sentido de que pode ser construída em um programa político, mas no sentido que as transportadoras e aqueles que reivindicam direitos são indivíduos e grupos. Não a natureza ou o ambiente.

Cidadania ecológica tem o efeito global de perturbar ideias estabelecidas sobre a cidadania. É referida as obrigações dos direitos. Obrigações principalmente devidas ao estranho, distante no espaço e no tempo, envolvem virtudes de cuidado e compaixão. Praticada nas esferas públicas e privadas. É o reconhecimento das atividades dos cidadãos no setor privado é talvez a cidadania ecológica. Contribuição mais distintiva. Do ponto de vista de cidadania ecológica, o setor privado não deve ser visto como uma barreira para a cidadania, mas como um lugar onde podem ser efetuadas, as virtudes -um trampolim para a abrangência internacional e "intergeracional", uma dimensão cosmopolita (STEVENSON, 2003).

Considerações finais

O debate sobre o processo de reconfiguração do mapa político ainda está ativo e a natureza da democracia aplicada em diferentes contextos espaciais dos estados, regiões e localidades devem ser investigadas. Cidadania apesar de uma democracia formal que parece estar cada vez mais presente é confrontada com um novo conjunto de incertezas. As incertezas têm formas de inclusão e exclusão das populações migrantes; incerteza sobre a localização do poder soberano. Incertezas sobre as prioridades da legislação nacional, incerteza sobre a reconfiguração das identidades culturais.

A cidadania é um conceito em constante construção, particularmente em períodos de transformação estrutural em grande escala. Mais importante ainda, é uma compreensão de essas mudanças, em especial das alterações que permitem uma maior igualdade e justiça. Diversas e dinâmicas populações.

Cidadania tem muita atenção nos últimos anos. Devido às mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas muito dispersas. Ocorridas em diferentes escalas e o surgimento de novas demandas de direitos individuais e de grupo. O desafio hoje é promover a igualdade através de uma estrutura que reconhece diferentes formas de pertença. Em particular, isto requer repensar os espaços em que os indivíduos e grupos podem ser incorporados, cidadãos nacionais. Devemos enfatizar a atenção para as complexidades do exercício da cidadania em diferentes escalas e em diferentes lugares.

A cidadania ecológica tem o efeito global de perturbar ideias estabelecidas sobre a cidadania. São referidas obrigações de direitos; estas obrigações, principalmente devidas ao estranho, distante no espaço e no tempo, e envolvem virtudes de cuidado e compaixão, é praticada nas esferas pública e privada. É o reconhecimento da atividade dos cidadãos no setor privado. Talvez a cidadania ecológica é contributo mais distintivo. Do ponto de vista da cidadania ecológica, o setor privado não deve ser visto como uma barreira para a cidadania, mas como um lugar onde pode ser efectuada, quando as virtudes podem ser aprendidas -um trampolim para a abrangência internacional e intergeracional, uma dimensão cosmopolita.

CITY AND CITIZENSHIPS: ENVIRONMENT AND PUBLIC SPACE TRANSFORMATION

Abstract: The article highlights the relationship between citizenships, environment and democracy with respect to the changes in cities and public space in the globalization processes. The first section around the city and various manifestations and expressions of citizenships and democracy responding to change in public space and fragmentation of the city. In the second part, analyze the emergence of new or different formations of civil rights. The result is the global transformations, transnational migration and social movements. This research was done on analysis of cases and databases.

Keywords: citizenships, migration, city, public space, State and environment.

Referências:

- DOBSON, Andrew. "Ecological Citizenship; A Disruptive Influence?", in C. Pierson and S. Torney (eds), *Politics at the Edge: the PSA yearbook 1999*, Houndmills: Basingstoke and New York: St. Martin's Press. 2000.
- DOBSON, Andrew. *Citizenship and the Environment*. Oxford: Oxford University Press. 2006.
- FINE, Robert. *Cosmopolitanism*, London: Routledge. 2007.
- HELD, David. *La Democracia y el Orden Global. Del Estado Moderno al Gobierno Cosmopolita*. Barcelona: Paidós. 1997.
- HELD, David. *Un Pacto Global. La Alternativa Socialdemócrata al Consenso de Washington*, Madrid: Taurus. 2005.
- HELD, David y Anthony MCGREW, A *Globalización / Antiglobalización. Sobre la Reconstrucción del Orden Global*. Barcelona: Paidós. 2003.
- HELD, David, et. al., *Transformaciones Globales. Política, Economía y Cultura*. México: Oxford University Press. 2002.
- HÖFFE, Otfried *Ciudadano Económico, Ciudadano del Estado, Ciudadano del Mundo. Ética y Política en la Era de la Globalización*. Buenos Aires: Katz. 2007.
- HOLSTON, J. (2002). Urban Citizenship and Globalization. *Global City-Regions, Trends, Theory, Policy*. A. J. Scott. Oxford: Oxford University Press. 2002.
- ISIN, E. F. Global City-Regions and Citizenship. *Local Places in the Age of the Global City*. R. Keil, G. R. Wekerle y D. V.J. Bell. Montréal: Black Rose Books. 1996.
- ISIN, E. F. City, Democracy and Citizenship: Historical Images, Contemporary Practices. *Handbook of Citizenship Studies*. E. F. Isin y B. S. Turner. London: Sage. 2002.
- ISIN, Engin F. and WOOD, Patricia K. *Citizenship and Identity*, London. 1999.
- JONES, G. A. The Geopolitics of Democracy and Citizenship in Latin America. *Spaces of Democracy. Geographical Perspectives on Citizenship, Participation and Representation*. C. Barnett. y M. Low. London: Sage Publications. 2004.
- KEATING, M. The Invention of Regions: Political Restructuring and Territorial Government in Western Europe. *Environment and Planning C; Government and Policy*. 15. 1997

- KOFMAN, E. Rights and Citizenship. *A Companion to Political Geography*. J. Agnew, K. Mitchell y G. Toal. UK: Blackwell Publishing. 2003.
- MARSTON, S. A. y K. MITCHELL. Citizens and the State: Citizenship Formations in Space and Time. *Spaces of Democracy. Geographical Perspectives on Citizenship, Participation and Representation*. C. Barnett y M. Low. London: Sage Publications. 2004.
- PÉREZ, Gabriel. *Ciudadanía y Derechos Sociales en el Proceso de Integración Política de la Unión Europea*, México: UAM-Azcapotzalco/Eón Sociales. 2006.
- RIESENBERG, P. *Citizenship in the Western Tradition. Plato to Rousseau*. North Carolina: The University of North Carolina Press. 1992.
- SASSEN, S. Towards Post-National and Denationalized Citizenship. *Handbook of Citizenship Studies*. E. F. Isin y B. S. Turner. London: Sage. 2002.
- SCHNAPPER, D. *La Comunidad de los Ciudadanos. Acerca de la Idea Moderna de Nación*. Madrid: Alianza. 2001.
- SENNETT, Richard. *Cuerpo y piedra. El cuerpo y la ciudad en la civilización occidental*. Madrid: Alianza Editorial. 1997.
- SMITH, Mart. *Ecologism: Towards Ecological Citizenship*. Milton Keynes, Open University Press. 1998.
- STEVENSON, Nick. *Cultural Citizenship. Cosmopolitan Questions*, Berkshire, U. K: Open University Press. 2003.
- WALDRON, Jeremy, Teaching Cosmopolitan Right”, in: Kevin McDonough and Walter Feinberg (Edited), *Citizenship and Education in Liberal-Democratic Societies. Teaching for Cosmopolitan Values and Collective Identities*, Oxford: Oxford University Press. 2003.
- WALZER, Michael. *Las Esferas de la Justicia. Una Defensa del Pluralismo y la Igualdad*, México: Fondo de Cultura Económica. 1997.
- WALZER, Michael. Esferas de Afecto, en: Martha C. Nussbaum (Coord), *Los Límites del Patriotismo. Identidad, Pertenencia y Ciudadanía Mundial*, Barcelona, Paidós. 1999.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 10/10/2016

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,
em diversas áreas do conhecimento.